

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em março de 2023

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ o mês de março de 2023 apresentou um déficit primário de R\$ 289 milhões nas contas do governo central. Como mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 152,1 bilhões nesse mês, acréscimo em termos reais de 3,4%, comparativamente a março de 2022, ao passo que a despesa totalizou R\$ 152,4 bilhões, decréscimo de 1% na mesma base de comparação. No acumulado do ano até março, o superávit primário está em R\$ 38,4 bilhões esse mês, ante o superávit de R\$ 54,1 bilhões no mesmo período de 2022.

Em março, a receita total apresentou um acréscimo real de 2,8%, quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês de 2022. Esse aumento de arrecadação foi fortemente impactado pela evolução das receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) no período, que cresceram 53,4% em termos reais. Na mesma base de comparação, as receitas administradas pela RFB apresentaram uma queda de 6,3%, ao passo que a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e as transferências legais e constitucionais a entes subnacionais cresceram 3,4% e 0,02%, respectivamente, sempre em termos reais. Com isso, a receita líquida de transferências cresceu 3,4%. No acumulado do ano até março, a receita total registrou uma variação real negativa de 1,5%, fortemente impactada pelas receitas administradas pela RFB, que tiveram um decréscimo de 2,5% (tabela 1).

Com relação à despesa total, março registrou uma queda real de 1% relativamente ao mesmo mês de 2022. No acumulado do ano, no período de janeiro a março, a despesa total cresceu 1,2%, em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para a expansão das despesas com a previdência, no valor de R\$ 8 bilhões (4,3%), e das despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 23,3 bilhões (30,4%). O aumento nessas despesas foi parcialmente compensado pelas

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 12 de abril de 2023.

1. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-junho-de-2022/> >.

reduções de despesas com pessoal – R\$ 1,4 bilhão (-1,7%) – e de outras despesas obrigatórias – R\$ 24,6 bilhões (- 27,7%) –, na mesma base de comparação.

TABELA 1
Governo central – resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de mar./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Março (preços constantes, R\$ milhões de mar./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de mar./2023)		Taxa de variação (%)
	mar./2022	mar./2023		2022	2023		Até mar./2022	Até mar./2023	
1-Receita Total	177.340	182.290	2,8	607.281	598.122	-1,5	2.262.566	2.392.367	5,7
1.1 - Receita Administrada pela RFB	113.820	106.658	-6,3	394.814	384.836	-2,5	1.394.810	1.434.301	2,8
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-140	-58	-58,5
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	43.598	45.075	3,4	129.132	136.384	5,6	531.628	562.730	5,9
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	19.921	30.556	53,4	83.334	76.903	-7,7	336.268	395.394	17,6
2. Transf. Por Repartição de Receita	30.165	30.170	0,0	117.270	118.459	1,0	418.263	475.654	13,7
3. Receita Líquida (1-2)	147.175	152.120	3,4	490.010	479.662	-2,1	1.844.303	1.916.713	3,9
4. Despesa Total	153.891	152.409	-1,0	435.875	441.249	1,2	1.860.049	1.874.142	0,8
4.1 Benefícios Previdenciários	64.415	65.800	2,2	187.050	195.078	4,3	805.643	834.485	3,6
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.708	26.425	-1,1	83.276	81.853	-1,7	366.343	349.149	-4,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	33.462	22.172	-33,7	88.785	64.209	-27,7	365.135	282.652	-22,6
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	29.307	38.011	29,7	76.765	100.109	30,4	322.929	407.855	26,3
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	-6.716	-289	95,7	54.135	38.414	-29,0	-15.746	42.571	370,4

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 apresenta um detalhamento adicional da arrecadação. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em março foi registrado um decréscimo real de arrecadação de R\$ 7,2 bilhões (- 6,3%) em relação ao mesmo mês do ano passado, com queda observada na maior parte das referidas receitas. Destaca-se a retração de R\$ 1,5 bilhão (- 23,7%) no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a queda de R\$ 1,9 bilhão (- 24,2%) no Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e o decréscimo de R\$ 1,2 bilhão (- 10,2%) na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Já as receitas não administradas pela RFB apresentaram, em março, crescimento real de R\$ 10,6 bilhões (53,4%) em relação ao mesmo mês de 2022.

No acumulado do ano, no período de janeiro a março, ainda na tabela 2, as receitas apresentaram um decréscimo real, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, de R\$ 9,2 bilhões (-1,5%), com as receitas administradas caindo R\$ 10 bilhões (-2,5%), as não administradas com decréscimo de R\$ 6,4 bilhões (-7,7%), e a arrecadação líquida para o RGPS apresentando um crescimento de R\$ 7,3 bilhões (5,6%). A queda das receitas administradas no acumulado dos três primeiros meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, ocorreu de forma generalizada em todas as aberturas, com exceção do Imposto de Renda – crescimento de R\$ 11,6 bilhões (6,2%) – e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – aumento de R\$ 688 milhões (4,8%) –, os quais foram insuficientes para compensar a queda de arrecadação de R\$ 22,3 bilhões nos demais itens da receita administrada. Nas receitas não administradas, os destaques foram as concessões e permissões e a exploração de recursos naturais, que apresentaram queda no acumulado do ano de R\$ 14,4 bilhões (- 32,6%), em valores reais na mesma base de comparação, parcialmente compensada pelo crescimento real da receita com dividendos e participações, da contribuição do salário educação e das demais receitas não administradas pela RFB, no valor de R\$ 9,4 bilhões.

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de mar./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Março (preços constantes, R\$ milhões de mar./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de mar./2023)		Taxa de variação (%)
	mar./2022	mar./2023		2022	2023		Até mar./2022	Até mar./2023	
	1-Receita Total	177.340		182.290	2,8		607.281	598.122	
1.1 - Receita Administrada pela RFB	113.820	106.658	-6,3	394.814	384.836	-2,5	1.394.810	1.434.301	2,8
1.1.01 Imposto de Importação	5.405	4.636	-14,2	16.008	13.562	-15,3	67.657	58.900	-12,9
1.1.02 IPI	6.333	4.835	-23,7	19.152	13.726	-28,3	79.848	56.840	-28,8
1.1.03 Imposto de Renda	52.318	51.728	-1,1	187.153	198.746	6,2	615.847	704.741	14,4
1.1.04 IOF	4.344	4.624	6,4	14.252	14.940	4,8	59.200	61.999	4,7
1.1.05 Cofins	23.006	23.526	2,3	71.609	67.525	-5,7	304.348	283.206	-6,9
1.1.06 PIS/Pasep	7.692	5.834	-24,2	22.171	19.985	-9,9	85.968	80.894	-5,9
1.1.07 CSLL	11.444	10.278	-10,2	55.382	49.173	-11,2	146.910	159.001	8,2
1.1.09 CIDE Combustíveis	410	-174	-142,4	881	-172	-119,5	2.737	695	-74,6
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.869	1.373	-52,2	8.206	7.351	-10,4	32.297	28.026	-13,2
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-140	-58	-58,5
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	43.598	45.075	3,4	129.132	136.384	5,6	531.628	562.730	5,9
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	19.921	30.556	53,4	83.334	76.903	-7,7	336.268	395.394	17,6
1.4.1 Concessões e Permissões	212	47	-77,9	13.032	968	-92,6	22.897	36.417	59,0
1.4.2 Dividendos e Participações	1.552	2.310	48,8	5.375	8.797	63,7	51.734	93.138	80,0
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.391	1.297	-6,7	4.213	3.781	-10,2	19.707	17.495	-11,2
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	5.603	5.646	0,8	31.202	28.842	-7,6	118.278	135.331	14,4
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.824	658	-63,9	5.202	4.354	-16,3	19.376	21.034	8,6
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.152	2.351	9,3	6.627	7.146	7,8	27.306	28.818	5,5
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	35	89	157,7
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	7.187	18.247	153,9	17.683	23.014	30,1	76.936	63.072	-18,0
2. Transf. Por Repartição de Receita	30.165	30.170	0,0	117.270	118.459	1,0	418.263	475.654	13,7
3. Receita Líquida (1-2)	147.175	152.120	3,4	490.010	479.662	-2,1	1.844.303	1.916.713	3,9

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; LC – lei complementar.

Ao desagregar as despesas em março (tabela 3), pode-se observar que as maiores variações em relação ao mesmo mês do ano anterior ocorreram em abono e seguro-desemprego e em créditos extraordinários, que apresentaram queda real de R\$ 13,6 bilhões (- 62,6%), compensados em sua maior parte pelo aumento de despesas com benefícios previdenciários, com subsídios, subvenções e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), e com despesas obrigatórias com controle de fluxo (influenciadas pelo pagamento do Auxílio Brasil), que totalizaram um crescimento real de R\$ 12 bilhões.

No acumulado do ano, no período de janeiro a março, as despesas totais tiveram um crescimento real de R\$ 5,4 bilhões (1,2%), com destaque para os benefícios previdenciários – com crescimento real de R\$ 8 bilhões (4,3%) –, as despesas com Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) – com alta de R\$ 1,8 bilhão (9,2%) –, o gasto com a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) – que cresceu R\$ 2,3 bilhões (25,1%) – e as despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira – com aumento de R\$ 23,3 bilhões (30,4%) –, estas, muito em função do crescimento das despesas com o programa Bolsa Família. Entretanto, algumas despesas apresentaram expressiva redução real no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, com destaque para as despesas com abono e seguro-desemprego, que tiveram uma queda de R\$ 15,5 bilhões (- 44,1%), e a despesa com créditos extraordinários, com redução de R\$ 11,2 bilhões (- 96,1%).

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de mar./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Março (preços constantes, R\$ milhões de mar./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de mar./2023)		Taxa de variação (%)
	mar./2022	mar./2023		2022	2023		Até mar./2022	Até mar./2023	
	4. Despesa total	153.891		152.409	-1,0		435.875	441.249	
4.1 Benefícios Previdenciários	64.415	65.800	2,2	187.050	195.078	4,3	805.643	834.485	3,6
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.708	26.425	-1,1	83.276	81.853	-1,7	366.343	349.149	-4,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	33.462	22.172	-33,7	88.785	64.209	-27,7	365.135	282.652	-22,6
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	16.755	7.961	-52,5	35.027	19.572	-44,1	64.014	51.639	-19,3
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.757	7.291	7,9	19.703	21.518	9,2	76.996	83.601	8,6
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	4.941	162	-96,7	11.671	455	-96,1	134.772	37.518	-72,2
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	462	0	-100,0	1.637	0	-100,0	8.192	1.610	-80,4
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	1.934	2.294	18,7	9.040	11.306	25,1	27.489	36.449	32,6
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.204	1.308	8,7	2.756	3.486	26,5	12.686	16.247	28,1
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	348	332	-4,5	1.058	1.004	-5,1	4.413	4.086	-7,4
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	287	293	2,1	617	682	10,6	21.402	17.938	-16,2
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	154	2.022	1.209,4	5.331	4.485	-15,9	11.197	15.120	35,0
4.3.10 Impacto Primário do FIES	136	0	-100,0	714	352	-50,7	-2.104	402	-119,1
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	486	508	4,6	1.230	1.347	9,5	6.077	18.043	196,9
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	29.307	38.011	29,7	76.765	100.109	30,4	322.929	407.855	26,3
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	19.525	27.158	39,1	55.596	75.836	36,4	179.308	247.574	38,1
4.4.2 Despesas Discricionárias	9.781	10.853	11,0	21.168	24.273	14,7	143.620	160.281	11,6

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos (Editor)

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa

Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Paulo Mansur Levy

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Antonio Henrique Carlota de Carvalho

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Felipe dos Santos Martins

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Pedro Mendes Garcia

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
